

*Redefinindo o sindicalismo
corporativo nos anos 1950:
o caso do Sindicato dos
Metalúrgicos do Rio de
Janeiro*



REDEFININDO O SINDICALISMO CORPORATIVO NOS ANOS 1950: O CASO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

Utilizando documentos sindicais e da imprensa, assim como processos legais, este artigo oferece um estudo de caso detalhado das táticas usadas por uma nova geração de líderes operários para a reconstrução do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro no interior da estrutura laboral corporativa dos anos 50 do século XX. O autor argumenta contra a tese de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) impediu os sindicatos de atuarem como defensores de seus associados. Alternativamente, sustenta que os metalúrgicos se mantiveram ativos ao atraírem novos membros, fornecendo serviços assistenciais, usando a lei para expandir a jurisdição do sindicato e até redefinindo o sindicalismo corporativo, mediante a inclusão de programas culturais e educacionais assim como questões fabris. Ao jogar luz sobre as táticas e estratégias que o sindicato escolheu, este artigo sugere que os sindicatos cariocas estavam longe da fragilidade ou da cooptação pela estrutura corporativa.

PALAVRAS-CHAVE

Sindicatos; Metalúrgicos; Corporativismo; Trabalhismo

Thomas Jordan¹

REDEFININDO O SINDICALISMO CORPORATIVO NOS ANOS 1950: O CASO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO

Os sentimentos de otimismo e engrandecimento que caracterizaram o movimento operário no Rio de Janeiro durante o imediato pós-guerra foram abruptamente encerrados em 1947. Com a cobertura da poderosa Divisão de Polícia Política e Social (DPS), dirigentes do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) orquestraram inúmeras intervenções diretas sobre os sindicatos, substituindo diretórios eleitos com a nomeação de interventores leais às políticas e instruções do governo. O alcance de toda essa cassação levou o adido trabalhista britânico, no Rio de Janeiro, a comentar que a política de destituir lideranças, de intervir na vida dos sindicatos e de nomear prepostos nada fazia a não ser destruir os grêmios dos trabalhadores, preservando apenas sindicalistas que eram *subservientes aos desejos* do governo.² Dissociados de suas lideranças mais atuantes, os sindicatos cariocas entraram num período de relativa calma.

Decorrido menos de uma semana das comemorações do Primeiro de Maio, o governo Dutra depôs o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro³ Manuel Alves da Rocha e designou Manuel Cordeiro como interventor do Ministério do

¹ Professor do Departamento de História da Universidade de Southern Illinois – Edwardsville. Gostaria de agradecer Dr. Joe Love, Dr. Nils Jacobsen, Dr. Antonio “Gino” Negro e Dra. Julia Walsh pelos seus comentários a versões anteriores desse artigo. Desejo reconhecer o apoio do Departamento de História e do Center for Latin American and Caribbean Studies da Universidade de Illinois at Urbana-Champaign, pelo fomento à minha pesquisa em momentos importantes. Tenho recebido abundante suporte intelectual e financeiro de meus colegas na Universidade de Southern Illinois – Edwardsville. Por fim, sem o generoso auxílio da Comissão Fulbright nada disso teria sido possível. thjorda@siue.edu

² LABOUR REPORT N. 45, March 31, 1949, FO 371/74555, Public Records Office (PRO), London, England.

³ Neste artigo, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, e de Material Elétrico do Rio de Janeiro (STIMMERJ) será citado como Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (SMRJ) ou simplesmente “metalúrgicos”.

Trabalho.⁴ Cordeiro e seus sequazes administrariam este grêmio pelos seis anos seguintes. Quase imediatamente depois de sua nomeação, Cordeiro envia ao DPS uma lista de associados do sindicato acusados de serem comunistas. Os trabalhadores cujos nomes figuram neste rol foram banidos das atividades sindicais e perderam o direito de comparecer às eleições de seu sindicato.

A dinâmica interna deste último foi igualmente transformada. Agora classificadas como exógenas à esfera do autêntico sindicalismo, as discussões políticas foram substituídas por palestras promovidas pelo MTC. As assembleias gerais antes tão vibrantes agora se tornariam algo semelhante a sessões de leitura de informes, em que Cordeiro, ladeado por representantes do Ministério do Trabalho e investigadores do DPS, ditava a política para os associados, mal permitindo o debate e a divergência. A relação entre as comissões de fábrica e o sindicato também mudaram. Antes era um instrumento de mobilização dos trabalhadores no chão da fábrica e de um movimento sindical de base, os comitês, sob a gestão de Cordeiro, perderam muito de sua capacidade de representação, se transformaram em canais de divulgação das decisões administrativas e de coesão disciplinar e passaram a identificar os opositores da situação.⁵

Com a posse de Getúlio Vargas em 31 de janeiro de 1951, grupos de trabalhadores contrários às intervenções começaram a pressionar mais abertamente pela remoção dos “pelegos” — dirigentes que eram vistos como apaniguados do governo —, demandando ao MTC a escolha de novos líderes, por meio de eleições livres e diretas. Entre os metalúrgicos da antiga Guanabara, este esforço foi coordenado por Eurípedes Aires de Castro. Embora tenha levado cerca de três anos, a coalizão de Aires de Castro finalmente venceu no pleito realizado em 1953, mas tal triunfo foi minimizado ao herdarem um sindicato cujo quadro associativo

⁴ ELIMINADOS do quadro social de sindicato: Cordeiro, Ribeiro e Barrum. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, jan./fev. 1955. Para maiores informações sobre os esforços de cassação do presidente Alves da Rocha, ver: SANTANA, M. A. *Partido e militância sindical: a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, 1947-1964*. 1992. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. p. 79-80.

⁵ SANTANA, op. cit., p. 81-82, 97

fora arruinado e sem um programa de assistência social em funcionamento.⁶

Este artigo oferece ao leitor um estudo de caso detalhado do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, um dos mais ativos e importantes grêmios laborais cariocas entre 1950 e 1964. Ao traçar os passos dados por uma nova geração de líderes operários rumo à reconstrução e robustecimento de seu sindicato — após anos de negligência —, recorro a um rico corpo documental de fontes especificamente sindicais, assim como a matérias jornalísticas e processos legais, argumentando, ainda, que sindicatos bem-sucedidos (tal qual os metalúrgicos do Rio) não eram meros condutores passivos de políticos populistas para a distribuição de benesses estatais em favor dos trabalhadores. Vigente desde 1943, embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabeleça certas restrições ao comportamento dos sindicatos, a estrutura corporativa sindical brasileira não necessariamente impediu os sindicatos de atuarem como advogados de seus sócios. Sindicatos como o dos metalúrgicos do Rio de Janeiro se mantiveram ativos ao atrair novos membros, ao prover estes últimos com uma variedade de serviços médicos e legais, ao usar a lei trabalhista para ampliar sua jurisdição e ao redefinir o significado do que fosse um autêntico movimento sindical, incluindo programas culturais e educacionais tanto quanto questões das fábricas. Ao delinear a dinâmica interna do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro — iluminando a tática e a estratégia eleitas —, este artigo sugere que os sindicatos cariocas estavam longe de terem sido cooptados ou enfraquecidos pela

⁶ No segundo semestre de 1953, ao se ver defrontado a inúmeros problemas financeiros e à perda de terreno político, Getúlio Vargas se voltou para a esquerda, servindo-se mais do apoio dos trabalhadores organizados. Para o cultivo deste apoio, Vargas, que era gaúcho, nomeou Ministro do Trabalho seu conterrâneo e correligionário João Goulart, mais precisamente em 15 de julho. Portanto, não deve ter sido coincidência alguma o fato de, embora os metalúrgicos tenham tido suas eleições sucedidas em abril, apenas em meados de julho tenham recebido permissão de empossar a chapa vencedora. Para maiores detalhes acerca da campanha de Aires de Castro e sua corrente em prol do relaxamento da intervenção, ver: JORDAN, T. M. *Contesting the terms of incorporation: labor and the state in Rio de Janeiro, 1930-1965*. 2000. Dissertação (Ph.D. em História)—University of Illinois, Urbana-Champaign, 2000. p. 135-151.

estrutura laboral corporativa. De fato, criativamente, e, por vezes, de modo agressivo, sindicatos como o dos metalúrgicos utilizaram as instituições e os recursos providenciados pelo governo para servir seu quadro associativo. Ao mesmo tempo — e, possivelmente, de modo ainda mais expressivo —, os metalúrgicos implementaram iniciativas independentes, sem ajuda ou tutela governamentais.

POLÍTICA SINDICAL: UMA ABORDAGEM MULTIFACETADA PARA REANIMAR A SINDICALIZAÇÃO

Com uma direção democraticamente eleita, o Sindicato dos Metalúrgicos desenvolveu uma aproximação multifacetada de reconstituição da entidade durante o restante dos anos 50 do século XX. No decurso dos seis anos de intervenção ministerial, as orientações políticas dos trabalhadores dividiram o quadro associativo. Para minimizar o separatismo, Eurípedes Aires de Castro e seus sucessores implementaram um envolvente estilo de política sindical, a qual permitiu a participação de sócios pertencentes de todas as tendências políticas na gestão do sindicato. O resultado foi um longo período de estabilidade administrativa, o que propiciou às lideranças o tempo e a energia para se concentrarem em outros problemas mais urgentes. Concomitante a esta política de reconciliação, o Sindicato dos Metalúrgicos se pôs a recuperar seu deprimido índice de sindicalização por intermédio tanto da revivescência dos comitês de fábrica quanto da mobilização de campanhas associativas. Por volta de meados dos anos 50 do século XX, as indústrias metalúrgica, mecânica e elétrica tinham se espalhado para fora do Distrito Federal (a Guanabara), levantando a necessidade de novas táticas de arregimentação e representação que viabilizassem o acompanhamento do ritmo de mudança do padrão industrial. Instalando subsedes regionais para o fornecimento de serviços aos operários desses subúrbios, o sindicato criou um senso de coesão e solidariedade de uma ponta à outra da sua base territorial. Mais ainda, agressivamente, o sindicato abraçou seu direito de organizar os trabalhadores de determinadas fábricas, defendendo-se contra a intrusão de outras entidades sindicais. Porém, em 1954, a nova direção entenderia que arregimentar novos sócios era apenas meio caminho andado. Pois, para se tornar viável, era preciso reter os trabalhadores no quadro associativo. Conseqüentemente, o sindicato

incrementou a gama de serviços oferecidos — lazer, assistência jurídica e médica —, estimulando as pessoas a ficarem e a aprofundar seu envolvimento com a entidade.

Muitos metalúrgicos requisitaram que os responsáveis pelo abuso de poder entre 1947 e 1953 fossem chamados a responder por suas ações. Possivelmente com o intuito de acelerar o processo de reunificação e de abafar clamores por vingança, o novo diretório convocou para a realização de uma Assembléia Geral Extraordinária entre 26 de novembro e 29 de dezembro de 1954. Várias testemunhas deram seu depoimento e se levantaram uma série de acusações contra diversos ex-dirigentes. Manuel Cordeiro foi alvo de acerba crítica durante os debates, sofrendo denúncias de fobia anticomunista e de afastamento de inúmeros delegados sindicais eleitos, além de ser responsabilizado pela perda de 1.250 sócios. Avaliando os danos causados pela sua gestão, uma matéria na *A Voz do Metalúrgico* conclui que Cordeiro:

iniciou a série interminável de desmandos e desobediências aos preceitos estatutários, trazendo para o Sindicato o regime de permanente controle policial, praticando toda sorte de descalabro, não só para o patrimônio do Sindicato, como mesmo para sua vida social sindical, com permanente prejuízo para a integridade física dos associados.⁷

Envolvido em um processo reconciliatório, o Sindicato dos Metalúrgicos deu novos passos no sentido de assegurar que o facciosismo político não propiciaria a divisão da entidade. A nova liderança concluiu que era preciso separar o sindicato da política partidária, se quisesse ser bem-sucedida. Em 1956 — no seu relatório anual —, logo abaixo do título Nossa Posição Face à Política Nacional, o SMRJ anunciou sua decisão de permanecer desligado da política partidária e de se manter concentrado na política sindical. Tal medida não significava o total alheamento da

⁷ João Pereira Lopes foi suspenso por noventa dias e ameaçado de expulsão se não devolvesse, prontamente, Cr\$1.175,00 que estavam faltando na tesouraria. João de Brito Vaz Coelho e Manuel Basílio, embora implicados com as irregularidades dos anos 1947-1953, acabaram absolvidos, recebendo permissão de permanecer no sindicato. Ver: ELIMINADOS do quadro social de sindicato: Cordeiro, Ribeiro e Barrum. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 8, jan./fev. 1955.

entidade ante os principais debates brasileiros ou sua marginalização defronte a campanhas cívicas.⁸ Preferencialmente, o sindicato esperava distanciar-se das amargas polêmicas facciosas que o poderiam tirar sua atenção quanto ao alcance de seus próprios objetivos e dos objetivos de seus membros. Fora do grêmio, os sócios eram livres para seguir suas inclinações políticas, mas, em suas dependências, estas afiliações haviam de estar subordinadas às necessidades do sindicato. Anos depois, metalúrgicos aposentados recordaram-se com nostalgia ao voltarem suas reminiscências para o período 1945-1964: uma era de ouro, na qual as reivindicações da classe eram aplicadas por cima das diferenças partidárias.⁹

Ao mesmo tempo, a política sindical não significava a completa exclusão do SMRJ de todas as questões passíveis de serem interpretadas como “políticas”. Respondendo a enquetes feitas, em julho de 1956, por membros dos comitês de fábrica, o então presidente Benedito Cerqueira defendeu o recém-acabado envolvimento da entidade nas campanhas contra a alta do custo de vida entre os cidadãos do Rio de Janeiro. Replicando seus críticos com veemência, Cerqueira,

finalizando, refere-se a comentários feitos, nos quais dizem que a Diretoria está se envolvendo em política, declarando que se política é lutar para baratear o custo da vida e protestar contra o fechamento de entidades também, então a Diretoria faz política, pois a finalidade do Sindicato não é somente para reivindicar salários.¹⁰

Com efeito, a estratégia da política sindical ajuda a explicar a estabilidade administrativa de que o sindicato gozou até 1964. Depois de Aires de Castro ter encerrado seu mandato em 1954, Benedito Cerqueira foi, de modo consecutivo, escolhido presidente

⁸ RELATÓRIO do exercício de 1956. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, maio 1957. Suplemento n. 49.

⁹ Entrevista de Neco, concedida ao autor em 30 agosto de 1997. Neco era o coordenador gráfico “da casa”, no SMRJ. Observações similares foram feitas por Natalino e Ulisses Lopes, em entrevistas também concedidas ao autor, em 7 de julho de 1997. Todas as entrevistas estão em minha posse.

¹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata de reunião. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria com o Conselho de Delegados, 1947-1955*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1956. p. 43.

para quatro administrações entre 1955 e 1963. Na verdade, chegou a ser apontado uma quinta vez, em 1963, mas renunciou após também ter sido eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em parte, sua popularidade era devida à saúde do sindicato. Como será visto adiante, o período 1954-1964 foi de substancial crescimento e progresso. Mais importante, todavia, era a disposição de Cerqueira de incorporar potenciais líderes de oposição ao círculo dirigente do SMRJ. Assim, por volta de 1957, tanto Heráclides Santos, que era um militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quanto o antes *pelego* João de Brito Vaz Coelho estavam servindo o comando executivo ao lado de Cerqueira, cujo posicionamento político era muito próximo do PTB.¹¹

Embora a política sindical tenha logrado prevenir que as diversas afiliações políticas dos metalúrgicos obstruíssem o trabalho da agremiação, essa não era, em si mesma, capaz de reconstituir a sindicalização nas bases. Eurípedes Aires de Castro reconheceu tal fato e, mesmo antes de qualquer esforço substantivo de reconciliação política, pôs o SMRJ no rumo de uma vigorosa campanha associativa assim que foi empossado. Em 1953, falando a um repórter de *O Radical* alguns dias após assumir o comando, ele desenhou uma ambiciosa agenda na qual incluiu planos de reorganizar os comitês de fábrica, fazer visitas às fábricas para sondar suas condições de segurança e salubridade, lançar uma campanha de sindicalização inovadora e de reabrir as subseções de Nova Iguaçu e Duque de Caxias.¹²

As razões de que o sindicato carecia de uma exitosa campanha organizativa foram bem articuladas na tiragem de 7 de novembro de 1953 de *A Voz do Metalúrgico*. Um artigo advertia a precária posição do grêmio encerrado o longo período de intervenção:

companheiros, nos dias que correm, só a classe operária unida pode fazer frente à exploração capitalista, que cada vez se torna mais insaciável. Neste sentido, nós metalúrgicos estamos muito atrasados, haja vista que, não obstante já possuímos mais de 30

¹¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Livro de Termo de Posse, 1949-1964*. Rio de Janeiro. p. 12.

¹² NOVA fase de realizações para o sindicato dos metalúrgicos. *O Radical*, Rio de Janeiro, 19 jul. 1953.

anos de vida sindical, ainda não temos um terço da corporação sindicalizada.

Resultante dessa taxa baixa os metalúrgicos viviam num estado de miséria, sendo forçados a aceitar *salários de fome, assistência social precária e outras injustiças sociais que um proletariado consciente e organizado não admite*.¹³ A mensagem da matéria era simples: apenas um sindicato bem estruturado podia protagonizar as mudanças necessárias. Para conduzir essa guinada, o SMRJ criou a Comissão de Sindicalização e Anistia em 30 de setembro de 1951, sendo esta integrada por 24 membros e de caráter temporário. Com diversas técnicas inovadoras, e sendo coordenada por Izaltino Pereira, sua missão era aumentar o número de associados de 16 mil para 20 mil (o total do setor era de 50 mil pessoas.)¹⁴

Com vistas a tornar real, mais uma vez, a contínua mobilização fabril, assim como a restabelecer os elos de comunicação entre os trabalhadores e a direção, a comissão se bateu pela reanimação dos conselhos de fábrica. Estes comitês consistiam em pequenas comissões operárias, escolhidas por seus colegas para representarem seus interesses ante o sindicato e as empresas. Para aquelas usinas onde os metalúrgicos não haviam criado um comitê, a Comissão de Sindicalização e Anistia destacava três delegados observadores que deviam filiar novos sócios e ajudar a tirar um comitê.¹⁵

Em reforço a tais visitas, foi lançada uma campanha propagandística mais ampla, de estímulo ao comparecimento no

¹³ SINDICALIZAÇÃO em massa. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, 6, 7 nov. 1953.

¹⁴ A Comissão de Sindicalização e Anistia se reuniu apenas entre 2 de outubro e 12 de novembro de 1953. Ver: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata de primeira reunião. *Livro de Atas de Reuniões da Comissão de Sindicalização e Anistia*. Rio de Janeiro, 2 out. 1953. p. 1-3; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata de segunda reunião. *Livro de Atas de Reuniões da Comissão de Sindicalização e Anistia*. Rio de Janeiro, 9 out. 1953. p. 4-5.

¹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata de primeira reunião. *Livro de Atas de Reuniões da Comissão de Sindicalização e Anistia*. Rio de Janeiro, 2 out. 1953. p. 1-3.

sindicato. A comissão editava material e alugava carros de som para levar a voz do sindicato às portas de fábrica durante os horários de refeição e na entrada e saída do trabalho. Faixas exortando homens e mulheres a se juntarem ao sindicato eram estendidas em lugares de destaque nas fábricas de toda a cidade. Gastaram-se Cr\$10.000,00 apenas em impressos.¹⁶

Em meados dos anos 50 do século XX, os trabalhadores que o sindicato pretendia incorporar eram bem diversos das gerações anteriores — sobretudo quanto ao gênero. Enquanto a mão-de-obra das pequenas oficinas manufatureiras e de montagem ainda era predominantemente masculina, a indústria elétrica, que estava em expansão, recrutava mulheres operárias. Tal tendência não passou ao largo das preocupações do SMRJ: segundo a argumentação de uma matéria intitulada *Justa Homenagem, sendo a participação da mulher [...] cada vez maior em nossa categoria profissional, cabia à direção sindical despertar o espírito associativo sindical desse contingente de trabalhadores do belo sexo*. Embora largamente simbólico, um passo nesse sentido foi a indicação de Elza dos Santos para a Presidência de Honra da Comissão de Sindicalização e Anistia, devida tanto a suas atitudes de *esforçada militante* quanto ao seu *esforço e abnegação no bom desempenho das suas funções* na General Electric.¹⁷

Em 1956, um artigo em *A Voz do Metalúrgico* relata que o emprego de mulheres em certas fábricas era altamente significativo, sobretudo na General Electric, Standard Electric, Metalgráfica Brasileira, Gillette e Electromar. Na General Electric, as mulheres constituíam 70% da força de trabalho. De acordo com o autor da matéria, a tendência rumo à contratação de mulheres jovens e solteiras haveria de se manter porque os empregadores assim podiam pagar menos, e porque o emprego de operárias

¹⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata de segunda reunião. *Livro de Atas de Reuniões da Comissão de Sindicalização e Anistia*. Rio de Janeiro, 9 out. 1953. p. 4-5; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata de terceira reunião. *Livro de Atas de Reuniões da Comissão de Sindicalização e Anistia*. Rio de Janeiro, 15 out. 1953. p. 6-7.

¹⁷ JUSTA Homenagem. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, 7 nov. 1953.

solteiras podia evitar os benefícios da trabalhadora gestante, como a licença-maternidade, que era garantida pela CLT.¹⁸

Claramente, o sindicato compreendeu a necessidade de associar as mulheres seriamente, e, para tal, não deixa de ser irônico o fato de ter recorrido a um concurso de beleza. A disputa do Concurso de Madrinha da Campanha de Sindicalização se tornou peça central das atividades de afiliação do sindicato em 1953. Em parte uma celebração da beleza e em parte autopromoção sindical, a prova foi irresistivelmente popular entre os trabalhadores e se tornou um importante aspecto de toda campanha de sindicalização lançada até 1964. Madrinha, protetora ou padroeira, madrinha ainda pode se referir à mula que guia outras mulas numa tropa, o que sugere a imagem da rainha da beleza guiando os trabalhadores até o sindicato.¹⁹

O primeiro concurso para madrinha teve lugar entre 15 de outubro e 31 de dezembro de 1953. Da parte dos trabalhadores, o objetivo era apontar a *metalúrgica que mais se destacar pela causa do sindicalismo. Sem discriminação de cor, credo político ou religioso, profissão ou cargo que ocupar na empresa*, mulheres de qualquer firma poderiam sair candidatas. Trabalhadores empregados em firmas que não utilizavam mão-de-obra feminina não seriam excluídos de participar, pois podiam apontar candidatas de outras fábricas. Os metalúrgicos votavam em suas preferências mediante a aquisição de cupons de Cr\$1,00. Assim, o concurso não só animava o espírito gremial, mas também gerava renda.²⁰

Os evidentes histrionismo e entusiasmo do concurso para madrinha estavam inteligentemente atados a outros lances da campanha de sindicalização, assim garantindo que os esforços mereceriam a atenção das bases. Por exemplo, dois dos cinco turnos de votação para as candidatas foram realizados junto com bailes promovidos pelo SMRJ. Ocorrido no bairro operário da Penha em 7 de novembro de 1953, o primeiro baile da sindicalização, não

¹⁸ DIEGUES, A. F. A Conferência Mundial das Mulheres e as companheiras metalúrgicas. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, fev./mar. 1956.

¹⁹ Depois de 1953, o concurso foi entregue ao Departamento de Recreação e Cultura do SMRJ.

²⁰ Para que os votos fossem validados, o comitê supervisor do concurso devia receber o valor devido. Ver: JUSTA Homenagem. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, 7 nov. 1953.

obstante os temporais, atraiu cerca de 15 mil pessoas. As festividades se iniciaram com um torneio de voleibol, em que equipes tiradas nas fábricas jogaram uma copa mata-mata. Em seguida, o baile e por volta da meia-noite o primeiro *round* dos escrutínios do concurso tiveram lugar. Representando firmas diversas, oito competidoras dividiram os 4.544 votos da noite. Ao passo que todos estavam ali mormente para o encontro social e para se divertir, um certo tempo foi dedicado aos circunspectos assuntos sindicais. A Comissão de Sindicalização organizou duas mesas de filiação e os trabalhadores se juntavam em rodinhas debatendo temas operários, como a necessidade de melhores salários e o abono de Natal. Ainda assim, tal qual *A Voz do Metalúrgico* faria seus leitores se recordarem no mês seguinte, os requerimentos da categoria só seriam atingidos com a classe operária organizada.²¹

Destaque da campanha, o concurso de madrinha recebeu ampla cobertura da imprensa do sindicato. Retratos das candidatas vinham impressos com destaque na primeiras páginas e o acompanhamento das votações era regular, o mesmo valendo para entrevistas com elas. O concurso também gerou uma acirrada — porém amigável — disputa entre os operários de cada firma. Em que pese o fato da disparidade de tamanho poder marginalizar as empresas pequenas, isso de fato não aconteceu. Na verdade, muitas firmas diminutas se mostraram prontas para o desafio, consistindo em veementes partidários da competição. Apoiador da candidata Maria de Lourdes, Paulo Soares jactou-se ante a reportagem da *A Voz do Metalúrgico* que sua pretendente seria vitoriosa apesar do pequeno número de eleitores em sua fábrica. *Já estamos com 3.500 votos em nosso poder e espero que isto seja café pequeno. Conto com o apoio dos companheiros que trabalham na Iluminação Elétrica [e] Laminação Federal de Metais, para fazer vitoriosa a nossa candidata.*²² Ao formarem alianças em prol das candidatas a madrinha, os trabalhadores visitavam colegas de outras firmas e

²¹ A FESTA do dia 7 de novembro de 1953. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 dez. 1953. Ver também: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata da quinta reunião. *Livro de Atas de Reuniões da Comissão de Sindicalização e Anistia*. Rio de Janeiro, 29 out. 1953. p. 9-10.

²² *A VOZ do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, 7 nov. de 1953. Legenda da foto da candidata Maria de Lourdes.

os encorajavam a participar não só no concurso mas também no sindicato. Esses contatos e trocas foram um importante aspecto na reconstrução do grêmio.

A terceira rodada do escrutínio coincidiu com um baile, em 5 de dezembro. Nessas atividades de dançar e votar se depositava a expectativa da atração de um grande número de comparecentes, muito dos quais ainda não eram sócios. Apresentando suas carteirinhas na entrada, os filiados teriam ingresso gratuito. Já os não-sócios deveriam levar sua carteira de trabalho, preencher a ficha de inscrição no sindicato e pagar Cr\$15,00 de contribuição. O Sindicato dos Metalúrgicos entraria com um fotógrafo para tirar os retratos necessários à documentação.²³ Realizadas na segunda quinzena de dezembro, duas outras rodadas encerraram o concurso, e o seu resultado foi dado a público no fim de janeiro, em especial acontecimento.²⁴

Em 31 de janeiro de 1954 a campanha de sindicalização teve encerramento triunfal, sendo seu ponto alto a coroação da madrinha Aldicéia de Torres Angelo, da Standard Electric. Ao receber a faixa, a vencedora agradeceu o apoio recebido em muitas empresas e declarou que a sindicalização *era uma demonstração de grande espírito de unidade da nossa tradicional classe*.²⁵ Embora Aldicéia Torres atraísse todas as luzes, o real vencedor era o Sindicato dos Metalúrgicos.

No início da campanha, a Comissão de Sindicalização estabeleceu um certo número de metas ambiciosas, inclusos o recrutamento de 2 mil novos sócios, a organização, ou reorganização, de 30 comitês de fábrica e a criação das subsedes de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. No seu último relatório, a

²³ SEGUNDA apuração das candidatas. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 dez. 1953.

²⁴ REGULAMENTAÇÃO para as próximas apurações. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 5, 5 dez. 1953.

²⁵ ENCERROU-SE a campanha de sindicalização de 1953. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 12 mar. 1954. A vencedora recebeu 5.817 votos, enquanto que Lizete Pimentel (da Metalgráfica Brasileira) e Maria de Lourdes (da Spiller Junior) angariaram 5.626 e 5.500 votos, respectivamente. Ver: RELATÓRIO da Comissão de Sindicalização. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 mar. 1954. Ver também: DISCURSO de Aldicéia Torres. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 5, 12 mar. 1954.

comissão anota que, apesar de não ter atingido cem por cento das suas metas, a campanha era exitosa. Entre julho e dezembro de 1953, 28 conselhos de fábrica haviam sido reanimados ou implantados pela primeira vez. Em acréscimo, 498 operários que haviam sido forçados a retirarem-se (durante a gestão de Cordeiro) eram agora readmitidos, somando-se aos 930 novos membros, inscritos entre outubro e dezembro. De acordo com dados do SMRJ, 2.431 trabalhadores afiliaram-se — a maior parte depois de Aires de Castro ter assumido a presidência (em julho). Enquanto 779 novos sócios se somaram às fileiras do sindicato entre janeiro e 16 de julho, entraram 1.648 entre meados de julho e dezembro.

O robustecimento do quadro associativo não foi o único benefício da campanha. A mobilização para a escolha da madrinha da categoria gerou cerca de Cr\$30.000,00. Somando-se a arrecadação dos bailes, a quantia alcançou a cifra de 92 mil cruzeiros. Se boa parte dos créditos foi usada para cobrir as despesas das campanhas da Comissão de Sindicalização, Cr\$37.436,00 foram usados na viagem de um delegado do SMRJ para o III Congresso Sindical Mundial, realizado em Viena (1953).²⁶ Nos anos seguintes, o SMRJ igualmente utilizou parte da renda advinda com o concurso de madrinha para projetos especiais. Em 1957, redirecionou uma cifra relevante para um fundo especial, de construção da nova sede.²⁷

Quase todo ano, uma porção substancial da receita gerada com o concurso era reservada para a *A Voz do Metalúrgico*. Nos anos 50 do século XX, esse jornal (de seis a oito páginas) consistiu no maior e no mais regular periódico da imprensa sindical carioca. Alocando vultosos fundos na imprensa, o SMRJ não só mantinha os associados a par dos negócios da entidade como também assegurava aos trabalhadores o controle de um fórum independente em que matérias locais, regionais e nacionais de importância fossem

²⁶ Para as metas da nova diretoria, ver: CAMPANHA de sindicalização. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, 7 nov. 1953. Ver também: RELATÓRIO da Comissão de Sindicalização. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, 12 mar. 1954. Para os dados sobre a filiação, ver: SINDICALISMO é união. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 8, 15 jan. 1954. Heráclides Santos foi o delegado enviado ao congresso mundial.

²⁷ LANÇADO festivamente o concurso da Madrinha dos Metalúrgicos. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 8, fev. 1957.

divulgadas e debatidas. Um compromisso destes é sugestivo quanto à independência que os metalúrgicos adquiriram nos anos 50 do século XX.

Se, por um lado, o concurso de madrinha de fato era uma fonte de recursos, por outro lado, manteve-se no centro das campanhas de sindicalização do SMRJ por causa de sua faculdade em animar mobilização e entusiasmo nas fábricas. Ao participarem da competição, os trabalhadores punham seus “elos básicos” de lado e convergiam numa comunidade de homens e mulheres que partilhavam de uma mesma identidade: metalúrgicos.²⁸ No concurso de 1955, o delegado sindical da Metalgráfica anotou grande entusiasmo entre os trabalhadores, e ele assim esperava que todos os 800 funcionários da firma, no fim da eleição, estivessem sindicalizados. Outro delegado, Guiomário Gomes Brito, creditava ao concurso um fator contribuinte à sindicalização de sua fábrica, que tinha 85% de seu plantel associado.²⁹ Empregado na Standard Electric, Aristides Barreto de Sá disse aos repórteres do sindicato, em 1955, *que desde que trabalha naquela Empresa é a primeira vez que sentiu uma boa acolhida entre suas companheiras em relação à sindicalização — foi agora com esse concurso*. Candidata apontada nesta mesma fábrica, Augusta Marques da Silva demonstrou como a corrida podia captar ambições pessoais para a necessidade do SMRJ de angariar novos sócios. Ela revelou à reportagem que

antes [do concurso] eu não era sindicalizada, agora eu já sou. Acho muito acertada, prossegui, essa iniciativa de premiar o associado que maior número de sócios consiga nesses três meses. Eu vou me esforçar para sindicalizar o maior número possível de companheiros da Standard, pois que não quero ser somente

²⁸ O termo “elos básicos” se encontra no artigo de Juan Linz a respeito do nacionalismo basco. Linz argumenta que qualquer grupo que tenha por objetivo construir uma comunidade política independente deve passar dos “elos básicos” — idioma comum, cultura, religião ou parentesco — à ênfase em vínculos baseados na comunidade (quer dizer, viver e trabalhar na mesma área). LINZ, J. J. From primordialism to nationalism. In: TIRYAKIAN, E. A; ROGOWSKI, R (Org.). *New nationalisms of the developed west*. Boston: Allen and Unwin, 1985. p. 204-207.

²⁹ CONCURSO em marcha: adesão dos trabalhadores da G.E. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, nov. 1954.

*Madrinha dos metalúrgicos ... quero também levantar o prêmio da máquina de costura [dado à vencedora].*³⁰

Embora o concurso de madrinha do Departamento de Recreação e Cultura tenha demonstrado ser bem-sucedido, era apenas um dos vários mecanismos acionados pelo SMRJ na afiliação de novos sócios. À medida que o parque industrial carioca passou por rápidas transformações no decorrer dos anos 50 do século XX, o diretório sindical mobilizou sua energia com vistas a garantir a organização sindical dos trabalhadores empregados nas novas usinas construídas no subúrbio do Distrito Federal e nos municípios do Grande Rio, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti. Para tanto, o SMRJ fez gestões junto ao Ministério do Trabalho e acabou conseguindo o reconhecimento de diversas delegacias municipais. Essas subsedes eram pequenos escritórios integrados por funcionários do sindicato com atribuições de secretariar suas atividades e de prestar assistência jurídica à categoria espalhada na periferia da capital. Deram as mesmas presença ostensiva ao SMRJ na área coberta e contribuíram para uma melhor representação do quadro associativo. Sem elas, a distância entre a fábrica, o lar e a sede central teria sido grande demais, e muitos operários talvez nunca tivessem se inscrito no sindicato.³¹

Ao estabelecer a prerrogativa de representar os trabalhadores dos novos sítios industriais em expansão, o SMRJ visava não apenas a aumentar o número de sócios mas também a arrecadar mais imposto sindical, uma taxa anualmente cobrada, pelas empresas, aos salários dos trabalhadores, sindicalizados ou não, e depois transferida aos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. No valor de um dia de trabalho, os fundos são divididos

³⁰ GANHOU a Standard a idéia do concurso. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 8, dez. 1955.

³¹ No estatuto de 1955, o grêmio sindical dos metalúrgicos do Rio de Janeiro se autodenominava Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro. Bases em: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos e Regimento Interno*. Rio de Janeiro: Tip. Sylvio Romano, 1955. p. 33.

entre os sindicatos, as federações estaduais, as confederações nacionais e o governo. No reinado dos “pelegos” (1947-1953), o índice de sindicalização era extremamente baixo. Em parte, esse dado refletia o expurgo dos elementos mais radicais, mas igualmente refletia os longos hiatos existentes entre uma campanha de sindicalização e outra. Joel Wolfe sugere que tal negligência era uma estratégia dos “pelegos” para assegurar que os recursos do imposto fossem divididos por um restrito quadro de sócios.³² Apesar de haver provas sustentando tal assertiva, vale notar que mesmo os líderes genuinamente interessados na promoção de um movimento operário dinâmico e independente mantiveram-se dependentes dos fundos do imposto. Por exemplo, 78% dos recursos do orçamento do SMRJ, em 1954, provinham de sua cobrança.³³ Nesse sentido, para sua sobrevivência, até sindicatos fortes e em fase de crescimento, como o dos metalúrgicos cariocas, permaneciam profundamente atados ao Estado.

O dinheiro arrecadado com o imposto sindical era tão importante que o SMRJ criou, em seu organograma, um setor em separado com a tarefa de monitorar a sua dedução por parte das empresas. Montada em 1955, a Seção do Imposto Sindical dispunha de funcionários que visitavam as firmas para acompanhar a observância das regras de cobrança, coletando estatísticas sobre os níveis de emprego das firmas lotadas no parque metalúrgico, mecânico e de material elétrico do Distrito Federal.³⁴ Mais ainda, para defender sua abrangência territorial e social — e então receber o

³² Para a relação entre os *pelegos* e o imposto sindical, ver: WOLFE, J. *Working women, working men. São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham, NC: Duke University Press, 1993. p. 75-76. Wolfe reproduz comentários de Antônio Toschi, antigo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, feitos em entrevista, em setembro de 1987.

³³ O orçamento do SMRJ de 1954 era de Cr\$4.521.324,60. Deste total, Cr\$3.514.074,60 foram arrecadados com o imposto sindical. BALANÇO patrimonial do exercício de 1954. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 4, 1 maio 1955.

³⁴ Ver: RELATÓRIO do exercício de 1956. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, maio 1957. Suplemento. O relatório registra que representantes do sindicato visitaram 215 firmas durante o ano para confirmar a regularidade dos atos de coleta e depósito dos recursos. Com base nas estatísticas do imposto, o SMRJ estimou que havia 3 mil empresas e 51.198 trabalhadores empregados na sua base territorial.

imposto sindical debitado no pagamento aos trabalhadores —, o sindicato regularmente endereçava petições à Comissão de Enquadramento Sindical — a agência do Ministério do Trabalho encarregada de determinar qual sindicato respondia por esse ou aquele contingente de trabalhadores. Servindo-se de informação disposta pela Seção do Imposto Sindical, os representantes do SMRJ preparam demandas legais inovadoras ao pleitearem que recursos do imposto correntemente destinados a outros sindicatos fossem redirecionados para os metalúrgicos. Ao mesmo tempo, o SMRJ, com veemência, protestou por seu direito de representar trabalhadores que outros sindicatos reclamavam em sua base. Nesses casos, o sistema corporativo era habilmente manipulado para maximizar os benefícios financeiros recolhidos pelos metalúrgicos.³⁵

Numa petição apresentada em junho de 1953, o SMRJ pleiteou à Comissão de Enquadramento Sindical que investigasse as razões pelas quais a Companhia Imóveis e Representações Brasileira interrompera o crédito do desconto do imposto, uma praxe que seguira até 1952. Embora o débito permanecesse recaindo sobre os salários dos trabalhadores os fundos não eram convertidos para o sindicato. Definido cerca de três anos depois, o veredito da comissão foi favorável ao SMRJ. Na exposição de seus motivos, a comissão conclui que a atividade econômica primária da firma era a construção e montagem de veículos, o que a situava no Grupo 14 (das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico da Confederação Nacional da Indústria). Enquanto tal, seus funcionários estavam lotados na categoria de trabalhadores em oficinas mecânicas. Isto dado, seus membros unanimemente asseveraram que todos os empregados do departamento destinado à fabricação de carrocerias haveriam de ser considerados pertencentes à mecânica recaindo na base do SMRJ.³⁶

³⁵ Embora não seja isso o que John French literalmente argumenta, seu trabalho foi um dos primeiros a dizer que os sindicatos brasileiros eram habilidosos em proveitosamente utilizarem as agências governamentais em favor dos seus membros. Especificamente, ele cita o exemplo *das cortes de trabalhadores com dissídios coletivos e individuais na Justiça do Trabalho*. Ver: FRENCH, J. D. *The brazilian workers' ABC: class conflict and alliances in modern São Paulo*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1992. p. 85-88.

³⁶ PROCESSO: MTC 168.157/53, Enquadramento Sindical, coleção MTb-II, caixa 2, Arquivo Nacional do Brasil (ANB), Brasília. Para casos similares, ver: PROCESSO: MTC 155.893/55, Enquadramento Sindical, coleção MTb-II

Tanto o litígio original quanto o veredito da comissão eram evidências da Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. A CLT insistia em que os sindicatos representassem uma única categoria de trabalhadores. No entanto, as firmas, por causa de sua natureza, empregavam uma variedade de empregados cujas ocupações não se enquadravam nitidamente numa só categoria. Para os sindicatos dos trabalhadores, a questão era saber quem iria responder por esse ou aquele trabalhador. Os processos sugeriam que a atividade primária das empresas determinaria a categoria adequada, mas tais definições eram objeto de contestação por parte dos sindicalistas e, por vezes, dos patrões. Perder um contingente de trabalhadores para uma outra categoria profissional (e, portanto, para outro sindicato) não só significava uma ameaça ao quadro associativo mas também uma queda na arrecadação — e os recursos do imposto sindical eram uma fonte de receita crucial de que sindicato algum se dispunha a perder sem luta.³⁷

Tanto a Seção do Imposto Sindical do SMRJ quanto o uso dado aos processos abertos junto à Comissão do Enquadramento Sindical fornecem fortes evidências para desacreditar qualquer argumento remanescente quanto à passividade, cooptação ou manipulação do movimento operário brasileiro pelo corporativismo estatal durante os anos 50 do século XX. As batalhas jurídicas do SMRJ acerca do direito à representação dos trabalhadores também realçam o fato de os sindicatos serem capazes de recorrer ao aparato estatal com vistas ao seu próprio reforço. No lugar de instituições passivas manipuladas pelo governo — conforme sugerido pelas velhas interpretações “populistas” da história do Brasil —, os metalúrgicos do Rio lançavam mão dos processos, tais como os que foram abertos perante

caixa 3, ANB. Os arquivos do Ministério do Trabalho guardados pelo Arquivo Nacional em Brasília estão repletos dessas disputas jurídicas.

³⁷ A maioria dos casos levados à Comissão do Enquadramento Sindical se prolongavam na medida em que os sindicatos, vigorosamente, defendiam o direito à representação e, assim, de coletar o imposto. PROCESSO: MTIC 218.259/56, Enquadramento Sindical, coleção MTb-II, caixa 4, ANB, p. 22-23. O adido trabalhista estadunidense Irving Salert escreveu que os sindicatos haviam começado, em dezembro de 1954, a debater a *procedência de se abolir o imposto sindical*. Ver: *Quartely Labor Review - Fourth Quarter*, 1954. Documento 832.06/1-555, Box N. 4308, RG59, 1955-1959, United States National Archive, College Park, Maryland. p. 8.

a Comissão de Enquadramento Sindical, para expandir o quadro de sócios e aumentar a receita. Estes recursos podiam então ser usados por uma atuante liderança para incrementar os serviços sindicais e para a mobilização de greves ou campanhas salariais.

A revitalização dos comitês de fábrica, o concurso de madrinha, o estabelecimento de delegacias sindicais nos subúrbios industriais e o agressivo uso do Ministério do Trabalho para defender ou conquistar o direito de organizar os trabalhadores eram, em seu conjunto, parte de multifacetada postura de reconstruir o quadro associativo. Porém, associar era apenas meio caminho andado; a elevação inicial de 1953 provou ter vida curta. No ano seguinte, o SMRJ filiou 2.796 novos membros, mas perdeu cerca de 8 mil por não estarem em dia com suas contribuições.³⁸ Claramente, reter era tão importante quanto recrutar, e o sindicato saiu-se bem melhor nos anos seguintes.

REDEFININDO O SINDICALISMO: ESTRATÉGIAS DE ESTABILIZAÇÃO DO QUADRO DE SÓCIOS NOS ANOS 1950

Em 1955 o SMRJ filiou 2.195 novos sócios — um dado considerado razoável no seu relatório anual. Neste mesmo ano 99 associados deixaram suas fileiras. Destes, apenas 4 optaram pela desfiliação. Outros 32 saíram *por falecimento*, 13 *por transferência* e os demais 50 *por estarem fora da indústria*.³⁹ Os dados de 1956 e 1957 confirmam essa tendência. Um total de 2,3 mil novos membros se registraram no sindicato em 1956, o que incluía 2,177 brasileiros (120 mulheres) e 123 estrangeiros. O sindicato também perdeu 90 associados, cuja maioria faleceu ou deixou a categoria. Em 1957, o SMRJ incorporou cerca de 3 mil novos sócios, que, predominantemente, eram compostos de homens naturais do Brasil, embora mulheres e estrangeiros tenham crescido de modo significativo.⁴⁰

³⁸ RELATÓRIO do exercício de 1954. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, 4 maio 1955.

³⁹ RELATÓRIO do exercício de 1955. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev./mar. 1956.

⁴⁰ RELATÓRIO do exercício de 1956. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, maio 1957. Suplemento. Ver também: RELATÓRIO do exercício de 1957. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, maio 1958. Suplemento.

Ao abordar a questão do associativismo, uma preocupação central até o Golpe de 64, o sindicato não só desenvolveu novos métodos de atração e retenção como também discutiu o que seria uma atividade sindical autêntica. Em novembro de 1954, o metalúrgico Izaltino Pereira escreveu um artigo intitulado O Concurso, A Sindicalização e As Incompreensões no qual tratou dos dois principais obstáculos erguidos no caminho de uma maciça sindicalização. O primeiro consistia nos *antigos militantes do Sindicato*, um grupo que acreditava que a prática sindical devia se restringir às *lutas reivindicatórias dos trabalhadores*. Eles defendiam que desportos e lazer nada mais eram do que *uma deformação das lutas e dos princípios sindicais*. Embora de algum modo simpático aos pontos de vista dos militantes, Pereira argumentou que a situação se modificara e que os sindicatos também deviam mudar suas táticas se quisessem manter-se atrativos para os trabalhadores. Firms como Ford, General Electric e Induco (fabricante de elevadores) patrocinavam equipes de futebol *orientadas por operários ou funcionários* que seguiam, *rigidamente, o programa patronal*. Para combater a iniciativa, Pereira advogou, os trabalhadores deviam *criar ou adaptar aos sindicatos, seções recreativas e desportivas, de forma a libertar os operários da tutela dos agentes patronais*.⁴¹

O segundo obstáculo assinalado por Pereira era composto com os sócios contrários aos concursos, como o da madrinha dos metalúrgicos. Concursos, mesmo os risíveis, eram necessários porque até mesmo os sindicatos que conquistavam reajustes salariais e outras concessões do patronato não conseguiam trazer nem mesmo metade da categoria para seus quadros. Pereira recordou seus leitores de que, de acordo com a lei, benefícios salariais conseguidos pelas entidades sindicais eram estendidos a todos, sócios e não-sócios. Para atrair o conjunto os grêmios então, tinham de oferecer algo mais.

Esse algo mais residia nas atividades patrocinadas pelo Departamento de Recreação e Cultura, um comitê que fazia a ponte entre o sindicalismo costumeiro das campanhas salariais e as inovadoras atividades pensadas como meio de recrutar e reter novos membros. Tal departamento tinha papel decisivo na organização do concurso de madrinha, mas também promovia

⁴¹ PEREIRA, Izaltino. O concurso, a sindicalização e as incompreensões. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 3. nov. 1954.

bailes, jogos desportivos, exibições de filmes, conferências para a juventude e projetos educacionais. A importância de suas atividades para a vida do sindicato se refletia nas rígidas normas de comparecimento de seus encontros mensais. Qualquer membro eleito do departamento que se ausentasse de três sessões consecutivas era dispensado de seu posto.⁴²

O Departamento de Recreação e Cultura produzia uma ampla programação para os sócios e seus familiares. Os bailes eram muito concorridos, e o sindicato organizou 14 deles em 1955. Se recorria, em acréscimo, aos recursos e programas do Serviço Social da Indústria (SESI), uma organização fundada pelo governo e pela indústria com o objetivo de fornecer serviços educacionais e culturais para operários da indústria. O Sesi, regularmente, passava filmes no sindicato e consignava cópias, para distribuição, de sua revista juvenil, *Sesinho*. Programas educacionais para o público adulto também eram oferecidos pelo Sesi. As mulheres se inscreviam em corte e costura e cursos sobre relações no local de trabalho eram abertos para trabalhadores de ambos os sexos. Quando possível, o Departamento de Recreação e Cultura trazia mostras culturais ou gente famosa para o sindicato. Em 1963, por exemplo, os cosmonautas soviéticos Popovich e Nikolaiev — os gêmeos do espaço, visitaram o sindicato.⁴³

Os programas educacionais eram uma importante item da agenda do SMRJ e este oferecia certos cursos, bem interessantes, que em geral não se espera ver num grêmio sindical. Ao lado de cursos técnicos (metalurgia, mecânica e desenho), havia classes de jornalismo, ciência, música e teatro. Para as crianças o sindicato providenciava instrução primária e secundária, e o departamento servia como conselho diretivo da escola do sindicato.⁴⁴ Enquanto os cursos técnicos e profissionais eram contínuos, a escola das

⁴² SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos e Regimento Interno*. Rio de Janeiro: Tip. Sylvio Romano, 1955. Artigos 56-58, 55-56.

⁴³ RELATÓRIO do exercício de 1955. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, fev./mar. 1956. Para a visita dos cosmonautas, ver: Álbum de fotos, coleção Ulisses Lopes, n. 56, Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), Rio de Janeiro.

⁴⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos*

crianças funcionava esporadicamente, por causa de sua dependência para com Ruth Costa, sua principal professora e administradora. Assim, ao passo que a escola do sindicato se jactava de seus 80 cursistas, nos mais variados, e dos outros 40 alunos inscritos em cursos técnicos em 1954, no ano seguinte a escolinha simplesmente não abriu, já que Ruth Costa estava gravemente enferma.⁴⁵

Embora o sindicato bancasse muitos de seus cursos, também se recorria insistentemente ao Ministério do Trabalho, requisitando bolsas do Fundo Social Sindical. Em 1961, o presidente Benedito Cerqueira escreveu ao diretor do fundo solicitando que Iram de Barros Amaral recebesse auxílio; dado desejar *ardentemente* matricular-se num curso de técnico em eletricidade. O curso, com duração de quatro anos, tinha uma mensalidade de Cr\$2.500,00 um custo que Amaral considerava *muito acima das possibilidades do mesmo, pois é casado e tem dois filhos*. A demanda de Cerqueira fazia notar que o associado era *um jovem estudioso* e apenas desejava *melhorar os seus conhecimentos profissionais*. A exitosa finalização de um curso técnico não só seria benéfica ao operário, mas iria claramente favorecer a indústria de material elétrico, por ser *tão carente* de pessoal adequadamente treinado e especializado.⁴⁶ Em vez de evidenciar dependência do sindicato para com subsídios governamentais, a petição de Cerqueira revelava um hábil animal político que apelava ao governo utilizando a mesma retórica que o Ministério do Trabalho e as lideranças industriais constantemente invocavam em favor de seus próprios interesses.

Sob a liderança de Cerqueira, o SMRJ buscou, mais e mais, atingir os mais jovens: os filhos e filhas dos metalúrgicos e os aprendizes que trabalhavam nas fábricas. Em janeiro de 1960, o

e Regimento Interno. Rio de Janeiro: Tip. Sylvio Romano, 1955. Artigos 70-71, 59-60. p. 56-57, 59.

⁴⁵ RELATÓRIO do exercício de 1955. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev./mar. 1956; RELATÓRIO do exercício de 1954. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, 4, maio 1955.

⁴⁶ Esta petição, tal como outras tantas similares, foi encontrada no arquivo do Ministério do Trabalho em Brasília. Ver carta de Benedito Cerqueira a Dr. Arnaldo Sussekind, 4 mar. 1961. Processo: OF-176-61, Benefício, coleção MTb, caixa 4, ANB. Para uma discussão dos planos dos industriais para trabalhadores qualificados, ver: WEINSTEIN, B. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez: USF, 2000.

sindicato sediou o Primeiro Encontro Intermunicipal dos Jovens Trabalhadores Metalúrgicos. Se muitos dos eventos se atinham a competições esportivas, o encontro também se revestia de matizes políticos. A juventude escolheu o poeta abolicionista Castro Alves como paraninfo, pendurando uma faixa com sua imagem no paredão atrás da mesa coordenadora dos trabalhos. Rodeando-a, estenderam outros dizeres: Mais Escolas, Abaixo o Custo da Vida, e Liberdade Democracia. Inscrições como Terra Para os Camponeses e Direito de Greve eram mais diretamente contrapostas ao governo.⁴⁷

O êxito do primeiro encontro justificou uma nova edição, que aconteceu dois anos depois, novamente sediada no grêmio metalúrgico. Durante os primeiros 26 dias de maio de 1962, no Segundo Encontro dos Jovens Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara, a juventude se encontrou para praticar esportes, fazer teatro, assistir filmes, dançar e debater. Cerca de 50 fábricas enviaram suas delegações e 1.590 jovens se inscreveram na programação. Designado um evento cívico-desportivo, o encontro almejava a:

*Estreitar os laços fraternais que unem os jovens metalúrgicos de diversos setores de nosso Estado, despertando-os, através de promoções esportivas, recreativas e culturais, para a prática das atividades sindicais e para a conquista das mais sentidas reivindicações da juventude metalúrgica.*⁴⁸

Mais ambicioso que o anterior, o programa do segundo encontro era muito mais diversificado. Havia mostras sobre os povos soviético, checo, cubano, paraguaio e alemão. Também era possível comparecer a homenagens a Noel Rosa e Castro Alves. Foram organizados painéis sobre os dilemas nacionais do Brasil assim como conferências sobre a paz internacional e o desarmamento. Diariamente, se fizeram visitas às fábricas. Desfiles de moda e concursos de beleza aconteceram junto com bailes que extravasavam a música de grupos populares. Num evento muito

⁴⁷ O encontro foi realizado entre 16 e 24 de janeiro de 1960. Primeiro Encontro Intermunicipal dos Jovens Trabalhadores Metalúrgicos. Coleção Ulisses Lopes, caixa 1, pasta 7, AMORJ.

⁴⁸ Encontro dos Jovens Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara: Estatutos e Resoluções. Coleção Ulisses Lopes, caixa 1, pasta 7, AMORJ.

especial, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer e confraternizar com importantes figuras da cultura: Vinícius de Moraes, Emiliano Di Cavalcanti, Jorge Armado, entre outros.⁴⁹

As resoluções aprovadas pelos delegados endossaram um conjunto de medidas destinado a mostrar solidariedade para com o movimento operário internacional e aos movimentos de libertação do jugo colonial. Especificamente, os delegados deliberaram o cumprimento das resoluções do V Congresso Sindical Mundial, realizado em Moscou em 1961. Também resolveram mostrar solidariedade aos trabalhadores e estudantes da Espanha e Portugal, que estavam lutando contra os regimes fascistas de Franco e Salazar. Apoiaram o princípio de autodeterminação dos povos, apontando para Cuba.

Voltando-se para os problemas vividos pelos jovens trabalhadores, as preocupações dos delegados se tornaram mais pragmáticas, abrangendo, principalmente, questões referentes ao trabalho. O encontro identificou nos baixos salários e nas longas jornadas os problemas mais significativos do jovem operário. Seus participantes reivindicaram que chuveiros e vestiários fossem separados dos adultos, um objetivo irrealista, dado que poucas firmas previam instalações desse tipo para seus funcionários. Jovens em idade de prestar o serviço militar reclamaram que não conseguiam emprego ou que, caso já estivessem empregados, eram dispensados antes de os patrões contraírem responsabilidades legais, tendo de pagar seus direitos. O desemprego persistia castigando os jovens trabalhadores e os delegados culpavam a alta taxa de transferência da população rural para as cidades assim como o impulso dos trabalhadores de terem muitos serviços por causa da ausência de emprego disponível. Para resolver essas questões, a audiência do encontro reivindicou melhores salários, exortaram os trabalhadores a não aceitar mais de um serviço e defenderam a reforma agrária como meio de frear a migração do campo para as cidades. Ao final, condenaram o sistema educacional e de treinamento para os trabalhadores, argumentando que havia escolas profissionalizantes em número insuficiente e que não era fácil arrumar emprego até mesmo para os que se formavam com sucesso. Decidiram então que os sindicatos deviam pressionar em

⁴⁹ Segundo Encontro dos Jovens Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara: Programa. Coleção Ulisses Lopes, caixa 1, pasta 7, AMORJ.

favor de mais escolas e agências de emprego para os formandos. Para contribuir na implementação das deliberações, os delegados pediram ao sindicato que nomeasse um delegado em cada conselho de fábrica para encarregar-se com as questões da juventude operária. Por fim, o SMRJ deveria, em nome de sua juventude, se bater pela criação de um departamento juvenil no interior da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).⁵⁰

Embora os jovens metalúrgicos aguardassem outra edição de seu encontro dentro do prazo de um ano, não há evidência de sua realização. Mesmo se o SMRJ o tivesse realizado — e isso teria sido em 1963 —, as deliberações políticas dos encontros anteriores não teriam sido toleradas pelos governos militares do pós-64. Não obstante a serventia da programação do Departamento de Recreação e Cultura em afiliar e perenizar o quadro associativo, a maioria dos metalúrgicos se manteve atuante e interessada na vida sindical por causa do arco da assistência jurídica, médica e educacional. Embora alguns serviços oferecidos nos anos 50 do século XX viessem de outras administrações, o crescimento e a robustez do sindicato na gestão de Eurípedes Aires de Castro e de seu sucessor Benedito Cerqueira permitiu ao SMRJ se valer de êxitos anteriores e abrir novos préstimos aos sócios.

Desde seu início nos anos 30 do século XX, as cortes trabalhistas propiciaram, aos operários, pelo menos um fórum de expressão de queixas contra os patrões. Em períodos em que o governo central se mostrava menos tolerante defronte ao ativismo operário, essas cortes se tornavam mais e mais importantes, como maneira alternativa de pressão sobre os empregadores, visto que as greves eram abreviadas ou declaradas ilegais. Mesmo em meados dos anos 50 do século XX, com o uso crescente das paredes pela militância operária, a Justiça do Trabalho continuou sendo uma arena importante de exposição de queixas para os trabalhadores, individualmente, ou para os sindicatos.⁵¹ Portanto, não surpreende

⁵⁰ Segundo Encontro dos Jovens Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara: Estatutos e Resoluções. Coleção Ulisses Lopes, caixa 1, pasta 7, AMORJ.

⁵¹ Um exame mais detalhado do recurso à Justiça do Trabalho pela militância operária pode ser encontrado em JORDAN, *op. cit.*, cap. 6. Neste, eu argumento que os sindicatos cariocas não só expandiram o apelo às cortes, nos anos 50 do século XX, mas também passaram a ter muito mais ganhos de causa do que nas décadas anteriores.

a existência de um amplo e ativo Departamento Jurídico no organograma do SMRJ.

O Departamento Jurídico empregava um grupo de advogados para oferecerem aos associados uma *defesa completa na Justiça do Trabalho, nos Institutos de Previdência Social e nas Varas de Acidentes do Trabalho*. Os sócios podiam consultá-los tanto na sede em São Cristóvão quanto nas subsedes da periferia. Embora prioritariamente alocados para tratar de assuntos trabalhistas, os sócios podiam contratá-los, às suas próprias custas, para representá-los em outras ações. O sindicato também se baseava no governo como suporte para a manutenção da assistência jurídica. No relatório anual de 1955, o SMRJ anotou que o Ministério do Trabalho doara à categoria doze livros de direito assim como uma cópia atualizada da CLT.⁵² Isto foi mais um exemplo da inabilidade do sindicato em se liberar, completamente, do Estado.

A afiliação ao SMRJ dava aos trabalhadores e seus dependentes acesso a assistência médica e dentária, bem como a uma farmácia, coisas que, em outras circunstâncias, eram difíceis de adquirir. Os serviços providenciados pelo sindicato eram pensados como suplemento ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI). Por exemplo, a hospitalização era considerada uma função do IAPI, mas a realidade desse serviço público — freqüentemente cheio — levava o sindicato a fazer exceções. Se a assistência do IAPI não contemplasse o atendimento das necessidades do sócio em tempo hábil, o SMRJ, mediante aprovação tanto do médico no sindicato quanto da administração, enviaria o trabalhador para outro hospital. Em contrapartida, o sindicato reivindicaria do IAPI um reembolso devido a essas despesas adicionais.⁵³

Em 1955, o SMRJ contratou dois clínicos gerais em tempo integral com vistas a fornecer serviços médicos básicos. Ainda

⁵² SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos e Regimento Interno*. Rio de Janeiro: Tip. Sylvio Romano, 1955. cap. 5, art. 41, p. 49. Ver também: RELATÓRIO do exercício de 1955. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, fev./mar. 1956.

⁵³ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos e Regimento Interno*. Rio de Janeiro: Tip. Sylvio Romano, 1955. cap. 5, art. 48, p. 52.

assim, sua dependência perante o IAPI para o tratamento de problemas de saúde mais graves restringia sua capacidade de prover o melhor tratamento para seus membros, e as queixas contra o IAPI eram sem fim. O relatório anual desse ano faz especial menção ao serviço externo aberto para auxiliar a entidade *em sua luta permanente com os institutos*, visando à qualidade do serviço de saúde pública. Assessorado pelos clínicos, o SMRJ remetia certos casos para esse serviço externo, e os resultados do tratamento eram repassados ao Departamento Jurídico para fins de reembolso. Sessenta e nove associados foram levados ao serviço externo, enquanto outros 6.720 foram tratados pelos próprios doutores do sindicato.⁵⁴ Ao final das obras da nova sede, em 1960, foi reservado um espaço no quinto andar para abrigar as instalações dos consultórios médico e odontológico de tal modo que o atendimento ao trabalhador associado e sua família pudesse acontecer na própria sede.

O acesso a medicação funcionava de modo similar. Os sócios pagavam 50% do custo dos remédios recebidos para o tratamento. Mesmo com descontos tão grandes, se prestava auxílio aos mais necessitados com entrega gratuita. Associados que ganhassem menos de Cr\$3.600,00 mensais ou que tivessem mais de três dependentes recebiam remédios sem custo algum. Em extensão, sócios desempregados por mais de 15 dias (mas menos de 90), ou para os que haviam se acidentado no trabalho não necessitavam pagar nenhum extra pela medicação.⁵⁵ Os remédios podiam ser adquiridos na farmácia do sindicato ou em qualquer das várias outras com quem o sindicato tinha um trato sobre o preço. Em 1955 o SMRJ anotou que cerca de dois terços da medicação foi distribuída gratuitamente aos associados. A farmácia do sindicato, junto com a Farmácia Guanabara, Farmácia Nossa

⁵⁴ RELATÓRIO do exercício de 1955. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev./mar. 1956. O SMRJ também fornecia serviços odontológicos a seus membros. Limpeza, extração, tratamento de raiz de canal e de cáries – tudo disponível gratuitamente. Serviços mais custosos também eram fornecidos, mas era preciso pagar. Em 1955, os dois dentistas do sindicato – Dr. Romeu e Dr. Walfrido – atenderam 6.181 pessoas, extraíram 2.516 dentes, fizeram 900 canais e 37 dentaduras.

⁵⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos e Regimento Interno*. Rio de Janeiro: Tip. Sylvio Romano, 1955. cap. 6, art. 46, p. 50.

Senhora do Bonfim e a Farmácia Pacheco distribuíram, sem cobrar, Cr\$295.701,20 em remédio. Outros Cr\$148.031,00 foram comercializados pela metade do preço.⁵⁶

O grêmio metalúrgico dispunha de uma abrangente definição para enquadrar o beneficiário de seus serviços médicos e dentários: *esposa ou companheira que viva maritalmente há mais de 2 anos, crianças abaixo de 14 anos, moças solteiras com menos de 18 (desde que não trabalhassem) e inválidos (crianças, pais, etc.) que não eram contemplados por nenhum outro benefício. O direito à assistência médica para os sócios passava a ter validade passados seis meses desde a afiliação. Já os dependentes teriam de aguardar mais 30 dias. No caso de uma união matrimonial documentada em cartório, o casal fornecia cópia da certidão e um rol com suas crianças legítimas. Se o casal fosse de amásios, o associado precisava providenciar o testemunho de duas pessoas idôneas, que podiam atestar a legitimidade e a estabilidade do relacionamento conjugal. Cada beneficiário tinha sua carteirinha com fotografia.⁵⁷ O gozo desses direitos, entretanto, não era ilimitado, e os sócios podiam perder o acesso a eles se não se mantivessem em dia com as contribuições. Após três meses sem pagar, os benefícios eram cancelados, sendo sua recuperação programada para dois meses após a quitação completada das pendências.*

A assistência médica e jurídica bancada pelo sindicato servia às necessidades práticas de seus membros e emulava o sentimento de que o SMRJ de fato se importava com o bem-estar dos associados e seus familiares. Esses serviços eram uma parte de um complexo de programas usado pelo sindicato para fortalecer o quadro associativo e estimular um sentimento de mútua interdependência e comunidade.

Entrelaçados ao assistencialismo, mas desempenhando função bem diversa, se achavam os membros do serviço social do sindicato. Eram associados que visitavam os enfermos, compareciam aos funerais e arrumavam transporte para pacientes médicos. Este grupo também funcionava como agência de

⁵⁶ RELATÓRIO do exercício de 1955. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev./mar. 1956.

⁵⁷ SÍNDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos e Regimento Interno*. Rio de Janeiro: Tip. Sylvio Romano, 1955. p. 51-52, 54.

empregos e encontrou serviço para 160 trabalhadores, apenas no ano de 1954.⁵⁸ Outra ferramenta para ampliar os limites da comunidade metalúrgica era *A Voz do Metalúrgico*, um programa radiofônico semanal, de meia hora, difundido toda terça-feira à noite. Esta breve transmissão se concentrava em noticiário e anúncios, menos em entretenimento.⁵⁹

Certos observadores do movimento operário brasileiro desqualificam o fornecimento de importantes serviços sociais, médicos e legais como mero “assistencialismo”. Desse ângulo, o sindicato funciona como um canal por cujo intermédio graças e favores são outorgados aos trabalhadores pelo Estado. Entretanto, como foi visto, entidades como o SMRJ não eram objetos nas mãos dos governos dos anos 50 do século XX. Por exemplo, quando instituições públicas como o IAPI não pudessem ou não lidassem bem com sua clientela, o grêmio metalúrgico carioca socorria seus associados e depois apelava aos meios legais solicitando reembolso. De modo similar, subvencionava os remédios receitados para sócios em caso de precisão financeira. Nada disso fora prescrito pela CLT. Na visão do sindicato, a assistência social não era um fim em si mesmo, mas um meio de assegurar a estabilidade do quadro associativo.

Dados esses enormes esforços assumidos pelos metalúrgicos para animar uma vida associativa abrangente e atuante, há um quê de ironia no fato de a comprovação real desse robusto sindicato — o prédio da sede — foi, possivelmente, a única questão realmente problemática para seus dirigentes entre 1953 e 1964. Enquanto muitas questões ocasionavam candentes discussões entre os sócios, a campanha de financiamento para a construção de uma nova sede gerou hostilidade aberta entre os trabalhadores e a direção. A eleição de Eurípedes Aires de Castro em 1953 reviveu o velho sonho da construção do Palácio do Metalúrgico, mas financiá-lo continuou interditando este projeto até 1956.

⁵⁸ RELATÓRIO do exercício de 1955. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 7-8, fev./mar. 1956; RELATÓRIO do exercício de 1954. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, 4, maio 1955.

⁵⁹ OUÇAM *A Voz do Metalúrgico pelo Rádio*. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 2, abr. 1959; MORAIS, J. A de. José Alberto de Moraes: depoimento [jul. 1997]. Entrevistador: Thomas Jordan, 1997. 1 fita cassete. A fita encontra-se em poder do autor.

O acordo salarial firmado com o patronato em 26 de junho de 1956 contemplou os sócios do SMRJ com vários benefícios, mas também abriu a oportunidade para a direção redirecionar uma expressiva parcela do reajuste concedido em favor de um fundo para as obras da nova sede. Durante os primeiros 15 dias do contrato, a quarta cláusula dava ao sindicato a diferença entre os novos salários e os anteriores, o que provocou irritação nas bases, logo expressada em desautorização da liderança sindical nas fábricas e em processos na Justiça do Trabalho, pelo resto do ano. As atas dos encontros havidos entre dirigentes sindicais e conselhos nas fábricas revelam o impacto dessa dedução salarial no bolso do trabalhador. Os delegados desses comitês relatavam que os trabalhadores reprovavam a medida com veemência, mas prometiam continuar conversando com eles buscando convencê-los a baixar a guarda contra a transferência do dinheiro.⁶⁰

Nesse meio tempo, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) arbitrou que a extração dos recursos prevista no acordo era ilegal. O diretório do SMRJ apelou da decisão e se viu extático quando o Tribunal Superior do Trabalho (TST) deliberou, 10 votos contra 2, em favor da posição do sindicato, em 12 de novembro de 1956. Dezoito dias depois, o presidente Benedito Cerqueira, falando a um encontro de delegados de conselhos de fábrica, atribuiu a uma campanha promovida pelos patrões a resistência dos trabalhadores à quarta cláusula e considerou a vitória judicial um triunfo de *todos os trabalhadores brasileiros que agora têm com esta decisão a possibilidade de verem os seus órgãos de classe fortalecidos economicamente*. Se Cerqueira e outros líderes enxergavam no veredito do TST um ganho, os delegados dos conselhos avisaram a direção de que um grande número de trabalhadores se mantinha ressentido com a quarta cláusula.⁶¹

⁶⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata da reunião. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes, 1955-1958*. Rio de Janeiro, 27 jul. 1956. p. 43.

⁶¹ Os detalhes da decisão judicial se acham em: ESPETACULAR Vitória. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, nov. 1956; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata da reunião. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes, 1955-1958*. Rio de Janeiro, 30 nov. 1956. f. 59, 60-65.

Os trabalhadores não eram propriamente contrários às obras de um novo prédio, tanto que aportaram, voluntariamente, com donativos e boa vontade. Chamadas dirigidas aos sócios — *contribua com o que puder* — eram regularmente transmitidas na *A Voz do Metalúrgico* e, junto com doações pessoais, os comitês de fábrica arrecadavam dinheiro para os fundos da nova sede. Juvenal José dos Santos, o delegado do Conselho da Ferro Maveal, deu ao SMRJ um cheque contendo a paga de um dia de trabalho de cada operário em prol das obras. Ele acrescentou que se sentiam orgulhosos de ser os pioneiros dessa iniciativa e que esperavam o eco de seus atos nas outras fábricas.⁶² A resistência das bases à quarta cláusula não era mostra de má-vontade em cotizar recursos para a nova sede, mas um desgosto ante o método coercitivo da direção de coletar fundos.

Afinal, o terreno foi aplainado e a pedra fundamental foi lançada, no bairro de São Cristóvão, em 12 de novembro de 1956.⁶³ Contudo, por volta de 1958, mesmo com o influxo providenciado pela quarta cláusula, o sindicato ainda não dispunha dos fundos necessários para finalizar o projeto. Para cobrir este déficit, uma assembléia da categoria votou que cada associado entraria com um dia de seu salário. Como era de se esperar, muitos sócios resistiram à idéia.

Frustrado com a oposição, a direção publicou nota, em 12 de dezembro de 1958, em que ameaçava suspender *os direitos associativos dos que se negam a respeitar as decisões da assembléia sobre a ajuda à construção da sede*. Por extensão, os dependentes dos sócios também estavam arriscados de perder o acesso aos serviços assistenciais. A medida foi, claramente, destinada a punir *uma pequena minoria* contrária a participar da construção do Palácio do Metalúrgico. O tom da circular revelava que, no âmago do debate, se discutia o poder de alguns membros de desacatarem decisões da direção. O texto lembrava a todos que a deliberação da

⁶² A *VOZ do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 3, ago. 1959; SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. Ata da reunião. *Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e do Conselho de Representantes, 1955-1958*. Rio de Janeiro, 23 mar. 1956. f. 59, 65.

⁶³ SALVE o 12 de novembro de 1932-1956. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 12, out. 1956; Foto da entrega da Espada de Ouro ao Marechal Lott. Coleção Ulisses Lopes, pasta 1, p. 17, AMORJ.

assembléia fora aprovada em encontro extraordinário, e que o contínuo desrespeito de uma decisão coletiva dava *uma demonstração de desprezo pela Corporação e de desrespeito à decisão soberana de uma assembléia de classe*. As advertências não eram vazias: Armando Soares Dias teve seus direitos suspensos pelo fato de não ter contribuído, com um dia de salário, para os fundos da sede.⁶⁴

Um ano antes, um acréscimo na mensalidade do sindicato levantou pouca polêmica, se o compararmos aos embates provocados pela quarta cláusula. Desde 1957, as taxas do sindicato permaneceram em 20 cruzeiros mensais apesar dos reajustes nos salários, impostos e nos outros programas do sindicato. Para equilibrar as contas, o sindicato propôs — e uma assembléia geral aprovou — que se aumentasse as mensalidades para Cr\$50,00, uma majoração de 150%. O SMRJ publicou editais convocatórios na *A Luta Democrática* e no *O Dia*, mandou imprimir 10 mil volantes a serem distribuídos nas fábricas e alugou um carro de som para passar nas usinas durante quatro dias antes da assembléia, para estimular o comparecimento.⁶⁵

Os proponentes do reajuste nas contribuições apontaram para o aumento nas despesas acarretado pelo funcionamento da nova sede. Enquanto as contas de luz da velha sede custavam, na média, mil cruzeiros mensais, o novo prédio — apesar de apenas três, dos seis, andares estarem funcionando — gastava, em consumo elétrico, cerca de 10 mil cruzeiros por mês. Conservação, limpeza e gastos com pessoal haviam crescido na mesma proporção. As discussões foram acaloradas. Vários sócios falaram contra a proposta. Um trabalhador sugeriu que o sindicato aumentasse o número de sócios para fazer frente às novas contas, ao passo que outro metalúrgico temeu que os reajustes iriam implicar a desfiliação de muitos associados. Outros não só foram a favor, mas também achavam que não era suficiente. Juvenal José dos Santos argumentou que o aumento deveria ser de 300%.

⁶⁴ SUSPENSOS os direitos associativos dos que se negam a respeitar as decisões da assembléia sobre a ajuda à construção da sede. *A Voz do Metalúrgico*, Rio de Janeiro, p. 1, jan. 1959; PROCESSO: MTIC 228.113/58 e MTIC 169.119/58, Recursos de Sindicatos, coleção MTb, caixa 6, ANB.

⁶⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária*. Rio de Janeiro, 9 set. 1959. p. 2. In: PROCESSO 196.768/59. Reconhecimento Sindical, coleção MTb, caixa 9, ANB.

Não é possível sustentarmos esta Casa, com apenas Cr\$20,00 de mensalidades, Juvenal alegou, quando qualquer clubezinho de esquina de rua cobra \$50,00 ou mais, sem proporcionar direito nenhum aos seus associados, pois além de toda assistência que damos aos associados e suas famílias, estamos organizando várias modalidades de esporte, para nós e nossos dependentes.

Após um longo debate, a elevação foi aprovada: 120 a 11.⁶⁶

A controvérsia em torno do financiamento do Palácio dos Metalúrgicos afinal esvaneceu e o prédio se tornou motivo de orgulho para os sócios. Inaugurada no Primeiro de Maio de 1960, a sede era o prédio mais alto de São Cristóvão e ainda é um dos mais importantes até hoje. Em momento em que poucos sindicatos possuíam sede própria, os metalúrgicos podiam apontar satisfeitos para seu prédio de seis andares, com teatro e lanchonete. Do ginásio no primeiro andar ao último, aonde ficava a gráfica e as salas de aula, o novo edifício exibia instalações modernas, incluindo dois elevadores e sanitários para homens e mulheres em cada andar. O Palácio se elevou como testamento concreto à força da comunidade construída pelo sindicato nos anos 50 do século XX.

CONCLUSÃO

A historiografia operária brasileira se mantém dominada pelo debate acerca da cooptação do operariado — de maneira espontânea ou sob coerção —, se desistiu da sua autonomia e autoconfiança em troca da outorga de restritos benefícios vindos do Estado. A meu ver, essa problemática elide mais do que esclarece. No lugar disso, os especialistas deviam se ater a um exame mais cuidadoso das questões e assuntos sobre os quais sindicatos e Estado podiam cooperar assim como das questões e assuntos onde isso não era possível.

Claramente, os sindicatos se apoiavam no Estado. Sobretudo no início dos anos 50 do século XX — nos anos imediatamente posteriores ao fim das intervenções do Ministério

⁶⁶SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DO RIO DE JANEIRO. *Ata da Assembléia Geral Extraordinária*, Rio de Janeiro, 9 set. 1959. p. 6, 8, 10, In: PROCESSO 196.768/59. Reconhecimento Sindical, coleção MTb, caixa 9, ANB.

do Trabalho —, grêmios operários, a exemplo do SMRJ, se mantiveram recebendo grande parte de seu orçamento anual da arrecadação do imposto sindical, a eles revertido por intermédio do governo federal. O percentual caía à medida em que o número de sócios se elevava, mas os sindicatos nunca se tornaram auto-suficientes em termos financeiros. Pelo mesmo viés, os sindicatos se apoiavam na Justiça do Trabalho e em outras agências do Ministério do Trabalho como mecanismos de proteção das demandas apresentadas por grupos de trabalhadores.

Todavia, esse recurso ao Estado não era absoluto. Bem distinto de uma posição passiva, o SMRJ era decididamente atuante tanto ao usar o sistema estatal, quando este era de alguma valia, quanto na abertura de alternativas autônomas, onde isto fosse possível. Ao invés de repousar nos seus louros e de apenas apoiar-se no imposto sindical, o sindicato optou pela reconstrução das comissões de fábrica e pela sindicalização dos trabalhadores em distantes subúrbios industriais, valendo-se de subsedes. Com mais sócios, o SMRJ adquiriu certa autonomia financeira e criou uma ampla base de apoio para outros tipos de ação. Embora campanhas anuais de sindicalização trouxessem novos membros, o SMRJ insistia em solicitar junto ao Ministério do Trabalho a incorporação de novos contingentes operários sob sua jurisdição. No caso do recrutamento de novos sócios, a organização independente e o uso de instituições estatais andavam de mãos dadas.

Se foi o governo quem criou o sistema da Justiça do Trabalho, era o sindicato quem contratava advogados trabalhistas em tempo integral, colocando-os à disposição dos sócios. Escolhas similares foram feitas em relação à assistência médica. Os hospitais e serviços do IAPI eram estatais, mas era o sindicato quem tomara a decisão de suplementá-los, ao instalar consultórios de clínicos e dentistas nas sedes. Na sede instalou também, com o passar do tempo, mais e melhores serviços extensivos aos associados.

Até mesmo sua política de evitar a política não deveria ser vista como capitulação ante os desejos do Estado. Antes, o SMRJ reafirmava a política numa tentativa de se fortalecer ainda mais. Individualmente, os sócios não estavam proibidos de ter laços políticos. De fato, Eurípedes Aires de Castro e Benedito Cerqueira foram eleitos em listas do PTB. Outros eram transparentes em seus elos com o PCB e outros partidos. No interior do grêmio, contudo, essas afiliações pessoais deviam ficar retidas na porta de entrada, e a defesa de teses partidárias estava subordinada à defesa do sindicato e de seus membros. Embora esta separação fosse quase

impossível, tornando-a estatutária, a liderança criou um ambiente em que ninguém estava explicitamente excluído. De fato, os dirigentes dos anos 50 do século XX eram das mais variadas tendências. Mais ainda, esta nova política sindical não implicava omissão ante as importantes matérias que diziam respeito aos trabalhadores. O SMRJ se manteve envolvido em debates nacionais e atuava junto ao Estado e aos patrões em matérias relativas aos operários.

Embora nem toda iniciativa fosse bem-sucedida, os dirigentes se batiam, vigorosamente, em prol do alargamento da noção de autenticidade sindical, indo além das greves e das questões fabris, assim acalentando programas culturais e de treinamento técnico, afora os serviços assistenciais. Nos anos 50 do século XX, os metalúrgicos deliberaram que um sindicato forte e combatente resultaria da tessitura de um coeso sentido de comunidade, não exclusivamente endossando um grande número de ações fabris. Em essência, os dirigentes estavam dando forma a uma nova cultura sindical, promotora da idéia do metalúrgico como uma pessoa integral, alguém que vivia dentro — mas também fora — da fábrica. O sindicato lutava por melhores salários e condições de trabalho, mas também fornecia aos associados oportunidades para aperfeiçoar sua instrução e para divertirem-se e cuidarem-se. Por extensão, o SMRJ endossava a tese do trabalhador como cidadão, alguém digno do respeito como agente da prosperidade do Brasil e como participante legítimo dos debates referidos ao futuro do país.

Recorrendo aos comitês de fábrica e às subseções, o sindicato se fez presente dentro das empresas e pela cidade, trazendo trabalhadores isolados para essa nova comunidade. Instituições como os conselhos ajudavam o sindicato a transferir a fidelidade operária da usina ou do bairro para a classe. Tópicos como o financiamento da nova sede continuaram controversos na vida do grêmio metalúrgico e, de tempos em tempos, pareciam um estresse insustentável, mas o nível do processo democrático e de franca discussão por meio dos quais o sindicato operava testemunha em favor de sua força, não em favor de sua debilidade. Esta força foi testada enquanto o SMRJ, ao lado de outros grêmios de operários industriais, tentava implementar sua própria agenda durante os anos 50 e 60 do século XX.

Tradução: Antonio Luigi Negro

REDEFINING CORPORATIST UNIONISM IN THE 1950s: THE CASE OF THE METALWORKERS UNION OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

Drawing upon internal union documents, as well as newspaper accounts and legal cases, this article provides a detailed case study of the tactics used by a new generation of labor leaders to rebuild and strengthen Rio de Janeiro's Metalworkers' Union within the corporatist labor framework of the 1950s. The author argues against the view that the 1943 Labor Code prevented unions from acting as advocates for their membership. Instead, the metalworkers remained active in attracting new members, providing a variety of medical and legal services, using the labor laws to expand the union's jurisdiction, and even redefining "proper" unionism to include cultural and educational programs as well as workplace issues. By bringing to light the tactics and strategies the union chose to employ, this article suggests that Rio's unions were far from being co-opted or weakened by the corporatist labor structure.

KEYWORDS

Unions; Metalworkers; Corporatism; Laborism



NILO, [José Marcionilo Pereira Filho], xilogravura. Exposição Mundos do Trabalho. Acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), Fortaleza, CE, 2002.